



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Orçamento e Finanças

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia da República

Ofício n.º	Número Único	V. Refª	Data
24/COF/2021	NU 670992		11-02-2021

Assunto: Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Governação e Coordenação na UEM Berlim de 2020, realizada por videoconferência, no dia 12 de outubro.

Luiza Pereira e António Amaro

Na sequência da participação da Assembleia da República na Conferência Interparlamentar, no âmbito da Semana Parlamentar Europeia 2020, no dia 12 de outubro de 2020, junto envio a Vossa Excelência, nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR, o **Relatório de Participação da Delegação da Assembleia da República na Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Governação e Coordenação na UEM Berlim de 2020, que decorreu por videoconferência.**

Com os melhores cumprimentos,

Luiza Pereira e António Amaro

O Presidente da Comissão,

(Filipe Neto Brandão)

**Relatório de Participação da Delegação da Assembleia da
República na Conferência Interparlamentar sobre
Estabilidade, Governação e Coordenação na UEM Berlim de
2020**

Berlim, 12 de outubro de 2020
(videoconferência)

Delegação da Assembleia da República

Comissão de Orçamento e Finanças: Deputada Vera Braz (PS), Chefe de Delegação

Comissão de Assuntos Europeus: Deputado Pedro Cegonho (PS), Deputada Isabel Meireles (PSD) e Deputado Bruno Dias (PCP)

Comissão do Trabalho e Segurança Social: Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS) e Deputada Lina Lopes (PSD)

Assessoria

Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da Assembleia da República junto das Instituições Europeias em Bruxelas

Joana Coutinho, Assessora da Comissão de Orçamento e Finanças

Breve introdução

Como parte da dimensão parlamentar da Presidência alemã do Conselho da União Europeia (UE) teve lugar, no passado dia 12 de outubro de 2020, a 15ª Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Governação e Coordenação na UE que, devido à pandemia da doença COVID-19, ocorreu, pela primeira vez, em formato de videoconferência.

Participaram na conferência, delegados de Parlamntos Nacionais de 26 Estados - membros (EM), do Parlamento Europeu (PE) e dos Parlamntos da Albânia, Liechtenstein, Noruega e Reino Unido, perfazendo, assim, um total de 131 delegados.

Após a sessão de abertura, os delegados debateram questões atuais de política orçamental, financeira e económica ao longo de três sessões, como será detalhado *infra*.

Sessão de Abertura

— Dr. Wolfgang Schäuble, Presidente do Parlamento Alemão

A abertura da Conferência coube ao Dr. Wolfgang Schäuble que, na sua mensagem, descreveu os Parlamentos nacionais como sendo as “correias de transmissão” entre os cidadãos da UE e as instituições europeias. Exortou, pois, os Senhores Deputados a maximizarem este seu papel e a verem a crise atual como uma oportunidade de mudança.

As tarefas mais urgentes, como a extensão da votação por maioria qualificada a mais áreas políticas e a discussão sobre a divisão de responsabilidades entre a UE e os EM, deverão ser objeto de ação, em primeiro lugar.

Mais lembrou aos delegados que muitos dos problemas enfrentados pelos EM só poderiam ser resolvidos no quadro da UE e trabalhando em conjunto, como é o caso das questões a ser debatidas na agenda desta Conferência.

O Dr. André Berghegger, chefe da delegação do Parlamento Europeu, referiu, de seguida, a importância da discussão interparlamentar, no contexto da crise atual. Mais referiu que, embora as crises sejam comumente vistas como momentos de ação pelos Governos, tal não exime os Parlamentos das suas responsabilidades de fiscalizar as ações do governo, razão pela qual a Conferência estava a ocorrer num momento oportuno.

Sessão I: Uma nova parceria: poderá a política monetária ter agora o necessário apoio orçamental ?

- Professora Isabel Schnabel, Membro do Conselho Executivo do Banco Central Europeu (BCE)
- Olaf Scholz, Ministro das Finanças da Alemanha

Na sua intervenção, a Professora Isabel Schnabel, começou por apresentar uma perspetiva geral da política monetária dos últimos anos. Ilustrou as mudanças profundas ocorridas, identificando o desenvolvimento de dois indicadores-chave. Nas últimas duas décadas, a taxa principal de refinanciamento do BCE caiu de níveis próximos de 5% para 0%. A inflação dos preços ao consumidor foi em média de 2,2% desde 1999 até a véspera da crise financeira global ocorrida em agosto de 2008, mas foi apenas de 1,2% desde então, bem abaixo da meta de inflação do BCE que era “abaixo, mas perto de 2%”. Segundo referiu, as mesmas evoluções foram também observadas noutras áreas monetárias. Salientou, de seguida, que a análise profunda destes e de outros assuntos seria objeto da revisão da estratégia de política monetária do BCE, que acaba de ser retomado, após a pausa induzida pela pandemia COVID-19.

A professora Schnabel, apontou ainda fatores externos, incluindo excesso de poupança global, envelhecimento das sociedades e menor crescimento da produtividade, como causas de declínio da taxa de juro de equilíbrio real. Na sua opinião, tais fatores tiveram duas consequências para a condução da política monetária. Em primeiro lugar, como a taxa de juro de equilíbrio real desceu muito, foi necessário introduzir taxas ainda mais baixas pelo banco central, para estimular o crescimento e o investimento. Em segundo lugar, anos de fraca procura agregada e pressão de preços, forçaram os bancos centrais de todo o mundo a encontrar instrumentos adicionais que pudessem fornecer conforto político quando a sua taxa de política principal estivessem a aproximar-

se de zero. Mais disse que, concomitantemente, a política monetária não ficou impotente, pelo que, as críticas que foram feitas à política do BCE eram injustificadas. Em particular, disse entender que não há evidência de que as compras de dívida dos governos tenham minado a função disciplinar dos mercados financeiros. Pelo contrário, a disponibilização de liquidez suficiente foi crucial para permitir que o setor financeiro funcionasse como uma barreira para a área do euro, evitando que a crise da saúde se transformasse numa crise financeira total.

No entanto, a professora Schnabel enfatizou que, apesar de existirem condições de financiamento muito favoráveis, em tempos de grande incerteza, o investimento privado pode não preencher o vazio criado pela pandemia. Nessas situações, a política monetária não pode desenvolver todo o seu potencial. A expansão orçamental será então indispensável para sustentar a procura e mitigar os custos de longo prazo da crise. Não obstante, a professora Schnabel argumentou que seria enganoso falar de uma nova “parceria” entre política orçamental e monetária. Com efeito, uma parceria implicaria um grau de coordenação que é incompatível com o papel de um banco central independente.

Olaf Scholz, começou por referir que a criação desta Conferência, que tem as suas raízes nas crises financeiras e da dívida soberana, fortaleceu a democracia europeia. Expressou, de seguida, a sua satisfação por a UE ter sido rápida a mostrar solidariedade durante a pandemia, o que permitiu que nenhum país passasse por dificuldades financeiras. Mais disse que, o novo Quadro Financeiro Plurianual e o programa de recuperação foram passos importantes, sobretudo porque permitiram à UE investir avultados montantes em tecnologias estratégicas. Enfatizou de seguida que (i) os fundos estão a ser emprestados pela própria UE, devendo ser utilizados para investimentos e não para financiar despesas orçamentais correntes, (ii) o reembolso dos empréstimos deveria começar em breve, e (iii) a UE deveria obter novos recursos próprios. Com isso, na sua perspetiva, a UE está a aproximar-se no plano da política orçamental, embora ainda sejam necessários avanços no que se refere à união bancária e dos mercados de capitais. Apesar disso, Olaf Scholz disse considerar que a UE está a tornar-se uma “união mais perfeita”.

Foram de seguida colocadas questões, por parte dos delegados que foram respondidas e comentadas pelos oradores.

Em resposta às perguntas de um delegado, a professora Schnabel abordou as questões do aumento dos preços das casas e da crescente desigualdade. Neste contexto, refutou a sugestão de que a política monetária do BCE não tinha tido qualquer efeito sobre a economia real. Muitas famílias em países da área do euro possuíam imóveis, beneficiando, portanto, do aumento dos preços da habitação. Concordou, no entanto, que era necessário repensar se a medida certa de inflação está a ser usada. De seguida, Olaf Scholz identificou uma lacuna de investimento na economia real, mas disse entender que não existir um nexo de causalidade com os problemas da inflação e aumento dos preços das casas. Nesta sequência, pediu que os investimentos financeiros sejam redirecionados para a economia real. Também se referiu à necessidade de investimentos dos governos em infraestruturas públicas. Por último, defendeu a necessidade de os investimentos recorrerem mais a capital.

Questionada sobre quando entendia ser provável que a política monetária regressasse à normalidade, a Professora Schnabel respondeu que a política monetária do BCE era principalmente determinada pelo seu mandato e pelos dados recebidos. O declínio da taxa de juro real de equilíbrio levou a que os instrumentos convencionais de política monetária estejam a aproximar-se dos seus limites, tornando necessário o recurso a instrumentos não convencionais. A incerteza, particularmente o medo de perder o emprego, foi um dos principais problemas da pandemia, podendo levar à

canalização do consumo para a poupança preventiva. Isso foi agravado pela falta de investimento privado. A principal resposta teve, pois, que ser do lado orçamental, em contraste com a crise anterior, na qual a política monetária não foi a ferramenta predominante. Mais referiu que a política monetária futura do BCE dependeria da evolução da economia e da reação da política orçamental. A política monetária só poderia apoiar o “*Next Generation EU*”, ou seja, gerar crescimento a longo prazo.

Olaf Scholz realçou que a UE deu a resposta orçamental correta, que gerou a confiança do mercado nas respostas europeias à crise. Os programas implementados tratam dos problemas atuais, que se relacionam com questões como redução do tempo de trabalho e o investimento em serviços de saúde. Os requisitos de investimento, tinham que ser atendidos rapidamente, ainda durante a crise e não quando já fosse tarde demais.

Nesta sessão foi ainda abordada a coordenação entre políticas económicas e orçamentais. Nesta sede, Olaf Scholz pediu medidas para obstar à “*tax base erosion and profit-shifting*”. Referiu que os esforços para combater a evasão fiscal foram intensificados, salientando ainda neste contexto, os esforços feitos no âmbito da OCDE. A Professora Schnabel explicou que a pandemia tinha conduzido a uma maior divergência na área do euro, o que não era atribuível à conduta dos EM, mas a graus diferentes de impacto da pandemia nos diferentes EM, devendo a política orçamental encontrar uma maneira de lidar com essas divergências.

Quase como um prelúdio para a sessão seguinte, foi questionado por um delegado se as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento ainda seriam adequadas. Olaf Scholz disse entender que as regras orçamentais demonstraram a sua flexibilidade. Mais disse que se verificou um passo adicional, quanto à atual possibilidade de a UE poder agora pedir fundos coletivamente e o reembolso começar durante a vigência do Quadro Financeiro Plurianual. Por sua vez, a professora Schnabel disse ser necessário reformar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, porque as suas regras são muito complicadas, difíceis de aplicar e pró-cíclicas.

Sessão II: O futuro das regras orçamentais europeias: ainda serão profícuas?

- Paolo Gentiloni, Comissário europeu para a Economia
- Klaus Regling, Diretor Executivo do Mecanismo Europeu de Estabilidade

No seu discurso de abertura, Klaus Regling, lembrou que o Pacto de Estabilidade e Crescimento tinha sido muitas vezes implementado de forma pró-cíclica no passado. Em tempos de expansão, os EM frequentemente não conseguiam criar reservas nos seus orçamentos, que lhes permitissem tomar medidas orçamentais para neutralizar uma recessão, sem violar as regras. Visto que as regras foram temporariamente suspensas, pela primeira vez, em março de 2020, por causa da pandemia COVID-19, seria agora necessária clareza na trajetória orçamental dos EM para os próximos dois a três anos e reflexão sobre como moldar as regras orçamentais para que sejam transparentes e eficazes.

De seguida Paolo Gentiloni, criticou o facto de, no passado, as regras orçamentais da UE não terem levado a uma redução dos níveis de dívida em todos os EM. Disse ainda que as regras existentes também eram muito complexas. Além disso, o equilíbrio certo entre a estabilização macroeconómica e a sustentabilidade da dívida nem sempre foi alcançado. Em todo o caso, na sua perspetiva, numa união económica e monetária e, portanto, na zona do euro, a coordenação das políticas orçamentais é essencial. Mais disse ser importante simplificar as regras e encontrar

maneiras de incentivar o investimento. Por outro lado, há também a necessidade de refletir sobre o papel que a norma relativa à dívida deverá desempenhar. Além disso, segundo o seu entendimento, é necessária uma capacidade de estabilização orçamental permanente a nível europeu para complementar o papel da política monetária.

Foram de seguida colocadas questões, por parte dos delegados, que foram respondidas e comentadas pelos oradores.

Em sede de debate, o Comissário Paolo Gentiloni confirmou que a cláusula de salvaguarda geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento permaneceria ativada em 2021 e possivelmente também em 2022. O fator determinante seria o desenvolvimento económico nos EM.

Klaus Regling disse não aceitar o argumento de que os altos níveis de dívida pública associados à ajuda para a recuperação, prejudicariam as gerações futuras. Na sua perspetiva, se as medidas nacionais e europeias não tivessem sido tomadas, haveria um ónus para as gerações futuras, porque o PIB teria caído ainda mais. Por conseguinte, a resposta em grande escala por parte das instituições europeias e dos governos nacionais, é do interesse das gerações futuras.

No debate, houve total consenso quanto à necessidade de simplificação das regras orçamentais europeias. Um ponto mais controverso foi se certos tipos de despesas deveriam ser dispensados das regras orçamentais, por exemplo, para facilitar o investimento na transição digital e verde. O presidente da reunião, Dr. Michelbach, afirmou que uma reformulação das regras orçamentais só seria razoável depois de superada a crise económica. Se as diferentes experiências dos EM bem como os conhecimentos das instituições europeias forem tidos em consideração nessa revisão, a UE poderá obter um conjunto de normas que seja aceite por todos.

Sessão III: A recuperação europeia - quais são os próximos passos?

- Peter Altmaier, Ministro dos Assuntos Económicos da Alemanha
- Valdis Dombrovskis, Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia

O objetivo desta sessão era o de fazer uma revisão da situação económica na Europa e analisar os requisitos essenciais para a recuperação da economia e da atividade económica após a pandemia de COVID-19.

Peter Altmaier, identificou três grandes desafios que, na sua opinião, a Europa terá de enfrentar simultaneamente: (i) a recuperação económica após COVID-19, (ii) a revolução digital e (iii) a conquista da neutralidade climática até 2050. Neste sentido, disse ser correto, colocar ênfase nesses três desafios agora, no auge da pandemia, até porque haverá interesse comum em todo o mercado interno e área monetária única, no progresso do desenvolvimento económico em todos os UE. No seu entender, embora a crise gerada pela COVID-19 tenha atingido a economia europeia com uma gravidade sem precedentes, ofereceu também à UE uma oportunidade de se preparar melhor para o futuro. Com efeito, a Europa deve desempenhar um papel de liderança em processos como a digitalização, processamento de dados e inteligência artificial, porque estes desenvolvimentos terão uma influência profunda no crescimento futuro e no mercado de trabalho. Referiu de seguida, o objetivo traçado pela EU de alcançar a neutralidade climática no prazo de trinta anos, salientando que a EU não ficou à espera para ver como faziam as outras nações, a UE agiu. Realçou ainda a importância do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais como motores da integração europeia e saudou a cooperação e os intercâmbios entre os vários níveis políticos nesta Conferência.

O que é necessário agora, acrescentou por fim, é que se chegue a um acordo o mais rápido possível, entre a Comissão Europeia, os Estados-Membros e o Parlamento Europeu sobre o Quadro Financeiro Plurianual.

Valdis Dombrovskis, disse que a UE mostrou ao mundo no início da pandemia que pode agir rápida e decididamente para proteger os meios de subsistência, estimular a economia e promover a recuperação. Infelizmente, porém, a Europa ainda está numa situação excecional e a economia europeia na mais profunda recessão de sua história. A UE e seus estados membros cooperaram bem para conter o choque. No entanto, ao mesmo tempo, ainda há muitos desafios, como o aumento do número de insolvências de empresas e o problema dos créditos em incumprimento. Enfatizou, de seguida que a UE agora tem uma oportunidade única de ajudar todos os EM a saírem mais fortes da crise económica. O fundo de recuperação, deu à UE a oportunidade de investir na resiliência das sociedades e economias dos EM, bem como nas transições verde e digital. Este fundo, foi uma resposta sem precedentes a uma crise sem precedentes, cabendo ao Conselho Europeu e ao Parlamento Europeu chegar a um acordo rapidamente sobre o mesmo, de modo a disponibilizar fundos para o início de 2021.

Valdis Dombrovskis exortou a Presidência Alemã e os EM a ratificarem a decisão relativa aos recursos próprios o mais rapidamente possível. Sublinhou, de seguida, que os Estados membros deveriam unir forças para os seus projetos no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, e acolheu explicitamente vários projetos que França e Alemanha propuseram em conjunto. Na sua perspetiva, reformas e investimentos, reforçam-se mutuamente. Por esse motivo, os planos nacionais serão avaliados em relação às recomendações específicas por país de 2019 e 2020 contidas no Semestre Europeu. Mais salientou que o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais têm papéis importantes a desempenhar, com o seu envolvimento e fiscalização a revelarem-se vitais para assegurar que os planos são de qualidade e devidamente focados. A assunção do plano de um país pelo parlamento nacional é, pois, a chave para uma implementação eficaz, que, segundo disse, poderá gerar 2% adicionais do PIB até 2024 e criar dois milhões de novos empregos.

Oliver Wittke, membro do Parlamento Europeu que presidiu a sessão, enfatizou a necessidade de encontrar respostas incisivas para o colapso sem precedentes da atividade económica. É importante que os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu sejam estreitamente associados à execução dos programas. Os Planos de Recuperação e Resiliência que os EM tiveram que apresentar para obter fundos do programa de recuperação do “Next Generation EU” exigiam fiscalização parlamentar.

Foi ainda expressa a preocupação de que as negociações sobre o Quadro Financeiro Plurianual e o programa de recuperação associado possam não estar concluídas atempadamente. Houve um amplo consenso quanto ao facto de as medidas de auxílio deverem ser rapidamente preparadas para aplicação, de modo a proporcionar um apoio sustentado à recuperação económica. Por outro lado, foi criticado o facto de os parlamentos não terem sido envolvidos desde o início, no processo de desenvolvimento das medidas de ajuda. Houve apelos para um enfoque ainda mais incisivo na revolução digital e na ação climática na alocação de fundos, e os delegados apelaram a um progresso rápido no desenvolvimento de novas fontes de recurso orçamentais pela UE. Durante o debate, foram feitos pedidos para um alívio temporário quanto às diretivas de aquisições da EU, para que os fundos possam ser desembolsados mais rapidamente para estimular a economia. No entanto, outros delegados criticaram esta proposta.

Em sede de debate, A Senhora **Deputada Vera Braz (PS)**, Chefe de Delegação da Assembleia da República, fez a sua intervenção. Começou por citar uma declaração da Senhora Presidente da Comissão Europeia aquando da sua recente visita a Portugal que disse que “*Portugal mostrou o seu melhor e o melhor da Europa*”. Partindo desta citação, disse que os portugueses e todos os cidadãos europeus contam que a Europa faça agora o seu melhor.

Referiu que Portugal teve um comportamento exemplar na luta contra a COVID-19, não só em termos de saúde, mas também em termos sociais, o que só foi possível como resultado de uma trajetória que impulsionou o crescimento económico e a estabilidade financeira. Já a UE, perante uma crise de saúde sem precedentes, teve a capacidade de ser solidária e convergir na decisão de criar um Fundo de Recuperação que será um verdadeiro estímulo económico. Mais disse que cada EM terá agora a responsabilidade de desenvolver um Plano de Recuperação e Resiliência e que Portugal, consciente da urgência da ajuda europeia, já apresentou o seu primeiro projeto - com uma visão estratégica e alinhada com as prioridades da UE, como o clima e a transição digital - e pretende ser um dos primeiros países a entregá-lo à Comissão Europeia.

Disse de seguida que para os próximos passos serem dados, é necessário um esforço conjunto, construtivo e de boa fé, de todos os EM. Os cidadãos europeus, famílias e empresas não podem ficar dependentes dos desejos e vontades individuais. Disse a terminar que a UE tem de fazer mais e melhor, sendo tempo de superar as diferenças e promover, juntos, uma recuperação robusta e resiliente.

A Senhora **Deputada Lina Lopes (PSD)**, fez também uma intervenção. Disse que a UE conseguiu alcançar um compromisso histórico e dar uma resposta robusta às circunstâncias excecionais criadas pela crise pandémica. Os meios disponibilizados aos EM, em particular a Portugal, representam uma grande oportunidade e um enorme desafio.

Sublinhou de seguida dois aspetos que a preocupam sobremaneira enquanto membro do Partido Social Democrata Português e do Parlamento Português. O primeiro diz respeito ao teletrabalho, que ganhou muita força com a Pandemia de Covid-19. Esta forma de prestação de trabalho é difícil de regulamentar e de ser fiscalizada pelo Estado. Adicionalmente, o teletrabalho tenderá a implementar-se como um meio normal de prestação de trabalho, sendo certo que muitos trabalhadores reclamam que não têm a formação adequada. Por isso, é crucial incluir o investimento em competências digitais e em geral o investimento nos recursos humanos, no destino dos fundos da UE.

O outro aspeto que disse querer destacar diz respeito à alocação dos fundos da EU. Segundo defendeu, não poderão repetir-se erros do passado relativamente à alocação desses fundos. Os fundos deverão ser investidos de forma a que os jovens tenham mais e melhores empregos no futuro. Disse a terminar que, estava convicta de que o PSD iria lutar tenazmente para que haja uma aplicação adequada e responsável dos fundos da EU, em Portugal.



Assembleia da República, 10 de fevereiro de 2021

A Chefe da Delegação,



(Vera Braz)